

correntecontínua

ANO XXXV - Nº 240 - SETEMBRO/OUTUBRO - 2011

A revista da Eletrobras Eletronorte

**0 som
da energia**



Eletrobras
Eletronorte

José Goldemberg:

“Abrir mão de reservatórios hidrelétricos é uma atitude derrotista”

Alexandre Accioly

Inaugurada em 1968, na zona oeste de São Paulo (SP), a Cidade Universitária Armando Salles de Oliveira abriga a estrutura administrativa central da USP, além de várias unidades de ensino, o conjunto residencial, o centro de práticas esportivas e o hospital universitário. Também sedia diversas instituições, boa parte com vínculos acadêmicos com a Universidade de São Paulo.

Foi na Cidade Universitária, onde se estima que circulem cem mil pessoas diariamente pelo campus, entre alunos, professores e visitantes, que fomos encontrar numa sala do Instituto de Eletrotécnica e Energia - IEE, o professor José Goldemberg. O IEE oferece a seus clientes ensaios em equipamentos e materiais elétricos, calibração de equipamentos, emissão de certificados, pareceres e laudos técnicos e certificação de produtos, e também desenvolve estudos nas áreas de engenharia elétrica e energia em geral.

O professor José Goldemberg é doutor em ciências físicas pela USP, foi presidente da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência - SBPC, de 1979 a 1981; presidente da Companhia Energética de São Paulo - Cesp, de 1982 a 1985; reitor da Universidade de São Paulo de 1986 a 1990; secretário de Ciência e Tecnologia, e do Meio Ambiente da Presidência da República, e ministro da Educação entre 1991 a 1993; e secretário de Meio Ambiente do Estado de São Paulo, de 2002 a 2006. Também foi professor da Universidade de Paris (França) e Princeton (Estados Unidos), e autor de inúmeros trabalhos técnicos e vários livros sobre física nuclear, energia e meio ambiente. Em 2008 recebeu o prêmio “Blue Planet Prize” da Asahi Glass Foundation (Japão). Em 2010 o “Trieste Science Prize” da Academia de Ciências do Terceiro Mundo.

Nesta entrevista exclusiva à Corrente Contínua, o professor Goldemberg expressa suas opiniões sobre o Setor Elétrico brasileiro. Confira.



Como o senhor analisa o atual modelo do Setor Elétrico brasileiro? É favorável às parcerias entre empresas privadas e estatais para a construção e operação de novos empreendimentos de geração e transmissão de energia elétrica?

Enquanto estive no governo paulista, conheci bem como funcionam as empresas estatais. A Cesp era geradora e a Eletropaulo, distribuidora. Reparei que essas empresas estatais possuíam uma característica que a Eletrobras também tinha: podiam fazer o planejamento da expansão futura, não eram estáticas. Na Europa uma empresa de eletricidade é estática, quer dizer, não precisa pensar na expansão do sistema, pois conseguiram estabilizar o número de consumidores. No Brasil é diferente, pois a população continua aumentando, novos setores da sociedade estão ascendendo a uma nova escala social e o consumo de eletricidade também é crescente. Então, as empresas estatais têm a vantagem de poder fazer planejamento e, como são do governo, têm obrigações sociais, são sensíveis à necessidade de expandir os serviços de que a sociedade necessita. Mas quando a Eletropaulo foi privatizada, o que achei interessante é que a distribuição funciona bem nas mãos do setor privado, são empresas mais enxutas e tem características empresariais específicas. Também percebi que, no caso das empresas de geração, a privatização é mais complicada, pois algumas perdem exatamente a capacidade de planejar a expansão.

O senhor considera, então, que a falta de planejamento causada pelo processo de privatização pode ter levado a situações como o racionamento do início da década passada?

Eu fiz parte do Conselho de Administração da Eletrobras quando a empresa estava na lista de privatizações do governo. O setor de planejamento foi negligenciado naquela época, sem dúvida. Apenas mais recentemente a Empresa de Pesquisa Energética - EPE retomou o planejamento do Setor Elétrico. Então houve um hiato que pode ter colaborado com o racionamento de 2001. Eu vejo que as empresas que foram privatizadas são mais enxutas e cumprem estritamente o que está determinado nos contratos, mas a sensibilidade social delas é muito reduzida, ao passo que nas estatais essa preocupação é uma constante. Eu diria que a situação atual, um sistema parte estatal e parte privado, não é má combinação, desde que as agências reguladoras exerçam a fiscalização. Um exemplo é a situação da Light e da Eletropaulo, que foram privatizadas, mas pela lógica da redução de gastos, de atender somente aos interesses dos acionistas, estão tendo sérios problemas de manutenção. Numa estatal o bem-estar social é uma preocupação maior. Porém, Furnas, por exemplo, também teve problemas com manutenção e foi multada pelo apagão de alguns anos atrás, uma das maiores multas já aplicadas pela Aneel. A combinação a que nós chegamos, com empresas estatais atuando mais na geração, e empresas privatizadas mais na distribuição, com as agências reguladoras agindo e atentas, é bastante razoável.

O senhor aprova a fórmula dos leilões de geração e transmissão, que são decididos pela modicidade tarifária?

Eu acho que esse sistema tem algumas vantagens, mas também acho um pouco perigoso ter como único parâmetro a

menor tarifa, que pode significar perda de qualidade e da capacidade de investir na ampliação do atendimento. Nos leilões, as empresas vencedoras devem fazer um esforço enorme para reduzir os seus custos. Esse é um velho problema, quando o dinheiro é curto, as empreiteiras constroem a obra, mas não cuidam muito bem dos aspectos resultantes dos impactos sociais e ambientais, e esses custos estão colocados na obra. Se o empreendedor não fizer, será difícil o governo fazer. Quando fui diretor da Cesp construímos várias represas e compensamos as pessoas, tentando fazer isso como seriedade, como Itaipu fez com os municípios atingidos. Os leilões deveriam considerar mais esse peso social do que apenas as tarifas.



Curuá-Una (PA)



Coaracy Nunes (AP)

Após os leilões, um dos maiores entraves que empreendedores encontram é o licenciamento ambiental da obra. O senhor acha que as regras de licenciamento são muito rígidas?

De modo geral, o Ibama atua como um órgão que diz sim ou não, quando o que eu aprendi é a necessidade de um diálogo constante, a fim de que os técnicos de meio ambiente consigam aprimorar o projeto ao longo da sua execução. Sempre aparecem problemas não previstos no projeto executivo e o licenciamento precisa ser altamente dinâmico, precisa ser feito de mãos dadas com os empreendedores.

Foi assim com o Rodoanel?

No caso do Rodoanel, verificamos, por exemplo, pequenas modificações de trajeto, ou para poupar outros empreendimentos, ou algum ecossistema. Por mais cuidados que tomemos, pode ser necessário fazer correções. Lembro-me quando fui membro do Conselho Superior de Política Energética do Governo Federal, e fomos apreciar o então projeto da usina Belo Monte. Os técnicos consideravam que o projeto era excelente, mas ao ser apresentado ao Conselho, do qual participavam ministros de outras áreas, solicitamos que ele precisava ser aperfeiçoado. Com o tempo o projeto foi sendo melhorado e, de fato, terminou de forma muito satisfatória, com a redução da área a ser inundada.

Essa redução acabou por afetar a capacidade da usina de gerar a pleno. O senhor concorda com a inversão dos reservatórios para fio d'água?

Eu não sou hipersensível a questões de inundação por usinas hidrelétricas. As pessoas não se dão conta de que



Samuel (RO)



Tucuruí (PA)

As usinas da Eletrobras Eletronorte geram energia limpa e renovável

para cada dez mil pessoas atingidas pelas barragens, um milhão de pessoas será beneficiado. Só que esse contingente maior está longe da área afetada e não está organizado socialmente, e aqueles dez mil atingidos acabam se organizando

rapidamente, muitas vezes com o apoio de movimentos políticos. Entretanto, os beneficiados de outras regiões brasileiras são tão ou mais pobres do que os diretamente atingidos. Eu acho que reservatórios vão junto com empreendimentos hidrelétricos. Uma das razões do racionamento de 2001 é porque não havia água reservada suficientemente para gerar energia. Simplesmente acho que essa desculpa de agressão ambiental é péssima. É preciso discutir com o setor ambiental de que no futuro haverá um alto custo. O problema não é o que é proibido ou permitido, tem que comparar o custo/ benefício. Abrir mão de reservatórios hidrelétricos é uma atitude derrotista. Sem falar nos vários usos da água, como irrigação e criação de peixes. Existem muitas queixas em relação ao licenciamento, mas ao mesmo tempo há muito pouca combatividade por parte dos Setor Elétrico em realmente discutir o significado das limitações impostas pelo licenciamento ambiental.

Falta informação à sociedade?

A culpa não é da sociedade que não se informa, o problema é um pouco mais de dinamismo das empresas responsáveis em fazer a divulgação adequada. Essas empresas, muitas vezes, têm uma história muito ruim de interação com a sociedade, estão carregando um passivo que não acaba nunca. Abrimos os jornais e vemos que perto das usinas tem pessoas vivendo na miséria, que não foram beneficiadas pela obra. Mas acontece que tem muitos lugares com gente miserável e pobre sem usinas por perto, então não foi a usina a responsável por aquela situação. No entanto, outras centenas de milhares de pessoas que estavam na escuridão foram beneficiadas por aquela usina.

Qual a sua opinião sobre o incremento das energias alternativas, como solar e eólica, na matriz energética brasileira? E a possibilidade da entrada do carvão mineral e da construção de mais usinas nucleares?

A resposta é que com eólica e solar não dá pra fazer dez mil MW, ao passo que uma hidrelétrica faz. Para fazer cinco mil MW de eólica seriam necessários milhares de aerogeradores. Não é verdade que nós podemos substituir uma coisa pela outra, precisamos das duas opções. Nos leilões já aparecem empreendimentos a gás, e ainda não entrou o carvão por muito pouco. A entrada do carvão na matriz é uma péssima ideia, e mais usinas nucleares uma ideia estranha. Podemos acabar adquirindo um problema em vez de solução. Depois de Angra 3 não há justificativa sólida para instalar outras nucleares. Porém, o fato de termos dois ou três reatores nucleares não é mal porque nos permite acompanhar o desenvolvimento da tecnologia, mas para a produção de energia elétrica em grande escala, energia nuclear não é a resposta. Nossa demanda por eletricidade é da ordem de cinco mil MW por ano. Com energia solar, por exemplo, quantos painéis fotovoltaicos seriam necessários? Vento também não tem em todo lugar. Então, a resposta puramente ecológica colide com outras realidades.

Como o senhor vê o futuro energético do Brasil e do planeta?

No Brasil os planos decenais de energia preveem a manutenção de uma matriz energética limpa e renovável, o que significa manter o ritmo das hidrelétricas, mas aí acho que poderíamos buscar hidrelétricas que não criem muitos problemas e que tenham reservatórios. A expectativa é que a nossa matriz permaneça renovável até pelo menos 2030, um espaço de tempo para que, eventualmente, novas tecnologias se desenvolvam, como as células fotovoltaicas. Se conseguíssemos cobrir todos os telhados brasileiros com elas não precisaria Belo Monte. No mundo, uma matriz como a nossa ainda não é razoável porque as reservas de petróleo continuarão a predominar como fonte primária de energia e é uma fonte poluente e cara. Com essa base fóssil o mundo corre sérios problemas ambientais e econômicos. O que pode melhorar a situação é o uso do gás natural, mas ainda assim a queima de gás produz outros gases de efeito estufa. Então, seguir o caminho do Brasil está se tornando uma tarefa muito dura.

O senhor acredita que esse cenário influencia a atuação de ONGs estrangeiras no País?

Não acredito num complô, numa teoria conspiratória. O que há é uma influência cultural. Essas ONGs são conquistadas pelo discurso cultural de outros países, e aí aderem a visões poéticas da realidade, principalmente da realidade ambiental. As empresas e o próprio governo deveriam enfrentar essa situação pela palavra. O Rodoanel, em São Paulo é um bom exemplo. Foi uma obra extremamente problemática do ponto de vista ambiental e social. Os ambientalistas a atrasaram durante quatro ou cinco anos. Mas o assunto espaireceu porque, imediatamente, centenas de milhares de caminhões que circulavam dentro da cidade de São Paulo e infernizavam a vida de todo mundo, desapareceram. É preciso enfrentar esclarecendo, conquistando os corações e mentes das pessoas.